

Sobre a estrutura das gramáticas antigas*

Marc Baratin**
marc.baratin@wanadoo.fr

RESUMO: Este artigo busca analisar a estrutura e a constituição do tipo de descrição gramatical que ocupou uma posição dominante no final da Antiguidade, os tratados intitulados *Artes grammaticae*. A despeito da tentativa de descobrir um modelo grego original nas *Artes* latinas a partir dos textos estoicos, o autor demonstra que a lógica interna obedecida pela descrição gramatical artigráfica é completamente diferente daquela obedecida pela estoica.

Palavras-chave: *Artes grammaticae*; gramáticas antigas; estudos clássicos; descrição linguística.

RESUME: Cet article porte sur l'analyse de la structure et la constitution du type de description grammaticale qui a occupé une position dominante à la fin de l'Antiquité, les traités intitulés *Artes grammaticae*. En dépit de la tentative de découvrir un modèle grec originel aux *Artes* latines à partir des textes stoïciens, l'auteur nous montre que la logique interne à laquelle obéit la description grammaticale artigraphique est tout à fait différente de celle à laquelle obéit la stoïcienne.

Mots-clés : *Artes grammaticae*; grammaires antiques; Études classiques; description linguistique.

Existem múltiplos tipos de descrições linguísticas na Antiguidade latina, mas um deles aos poucos se impôs, até ocupar uma posição dominante no final da Antiguidade, ao menos antes de Prisciano: são eles os tratados intitulados *Artes grammaticae*.¹ O primeiro tratado portando esse nome apareceu sem dúvida no séc. I da nossa era, com Palemon, mestre de Quintiliano, e talvez antes, mas isso é incerto². A primeira *Ars* que chegou até nós data do séc. III: a de Sacerdos; e dispomos das grandes *Artes* do séc. IV, as de Donato, Carísio e Diomedes.

* Título original "Sur la structure des grammaires antiques". Artigo publicado originalmente em *Florilegium Historiographiae Linguisticae*, número 75 da Bibliothèque des Cahiers de l'Institut de Linguistique de Louvain (Peeters Publisher, 1994, p. 143-157). Tradução de Iago Medeiros, revisão de Letícia Resende. Este artigo foi traduzido no âmbito do projeto de extensão *Traduções Acadêmicas* do Bacharelado em Tradução da FALE-UFJF, coordenado pela Profa. Dra. Mayra Barbosa Guedes e o Prof. Dr. Adauto Villela, com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora. Agradecemos ao autor e aos editores que, gentilmente, concederam o direito de traduzir e publicar o presente trabalho.

** Professor da Université de Lille.

¹ Retomei, para certos argumentos deste artigo, elementos de textos já publicados ou em publicação, notadamente BARATIN & DESBORDES (1986), BARATIN (1989) e BARATIN (1991; 1992).

² O autor da *Retórica a Herênio* (que data dos anos 80 a. C.) evoca seu projeto de escrever uma *Ars grammatica* (4, 17), bem como, aliás, um tratado sobre a arte militar e outro sobre a arte política (3,3), mas nada indica que ele tenha levado esse projeto adiante.

A *Ars maior* de Donato tem a reputação de ser o modelo mais bem acabado desse tipo de tratado. O projeto dessa *Ars maior* se subdivide em três partes: a primeira é consagrada à voz, à letra, à sílaba, aos pés, à acentuação e à pontuação; a segunda, às categorias de palavras; a terceira, aos defeitos e às qualidades do enunciado (os defeitos em questão são o solecismo, os barbarismos e os “outros defeitos”, e as qualidades são o metaplasmo, as figuras e os tropos). Esse projeto é caracterizado, por um lado, por uma perspectiva ascendente, que conduz dos elementos mínimos até as classes de palavras, e, por outro lado, pela importância que confere aos “defeitos e qualidades do enunciado”.

Esse projeto é talvez o mais bem “*acabado*” – algo passível de discussão –, mas não podemos dizer que ele representa o único modelo de esquema artigráfico. Com efeito, se examinarmos as outras grandes *Artes* dos séculos III e IV que chegaram até nós, as de Sacerdos, Carísio e Diomedes, ficamos diante de projetos totalmente diferentes:

SACERDOS, cuja *Ars* comporta igualmente três livros, consagra o primeiro às categorias de palavras³ e aos defeitos e qualidades do enunciado; o segundo, aos finais dos nomes e dos verbos; e o terceiro, a questões de métrica;

CARÍSIO divide o seu tratado em cinco livros: o primeiro engloba uma espécie de *pot-pourri* sobre as letras, as sílabas, um certo número de categorias gramaticais (caso, gênero, número e graus comparativos), depois, os finais de palavras e a analogia em geral; o segundo livro aborda as categorias de palavras; o terceiro traz observações suplementares sobre o verbo; o quarto trata dos defeitos e das qualidades do enunciado; e o quinto, das diversas expressões idiomáticas.

DIOMEDES retoma, por sua vez, um projeto em três livros, o primeiro tratando das categorias de palavras e, após longos comentários sobre as categorias gramaticais, os finais de palavras e até mesmo a construção adverbial dos casos, em que encontramos um pouco do *pot-pourri* do livro I de Carísio; em seguida, Diomedes passa, no seu livro II, às letras, às sílabas, aos acentos, à pontuação, depois, às qualidades e aos defeitos do enunciado; e o livro III é uma espécie de poética com uma exposição sobre métrica muito desenvolvida.

Sem levar em consideração as diferenças na abordagem dos pormenores, percebemos que existem diferenças na própria escolha dos assuntos, na sua organização e na repartição de cada conjunto.

Entre as *Artes* posteriores, e menos volumosas, como as de Probo, Agostinho, Consêncio, Focas etc., ou elas são limitadas a alguns pontos particulares, como a *Ars de nomine et uerbo* de Consêncio, ou o projeto adotado parece ainda mais confuso que aquele que vimos anteriormente, como é o caso, por exemplo, da *Ars breviata* de Agostinho.

Estamos, portanto, diante de uma situação paradoxal: a *Ars* se impôs como um tipo de descrição, mas ela não parece possuir uma estrutura interna precisa.

A pesquisa contemporânea, desde Barwick (1922; 1957) e aqueles que reagiram a esses trabalhos, buscou delimitar os contornos de um projeto original e encontrar uma unidade de estrutura em meio à diversidade de realizações. Esta pesquisa foi desenvolvida em dois eixos: por um lado, na tentativa de descobrir um modelo grego original, e, por outro lado, na tentativa de delimitar um núcleo, uma estrutura elementar nas *Artes* latinas.

³ Sem que possamos saber por qual ele começava, uma vez que existe uma lacuna no início do texto.

A tentativa de encontrar um modelo grego original foi orientada essencialmente na direção dos textos estoicos, pela simples razão de que a descrição linguística estoica parece fundada sobre os mesmos princípios que podemos isolar na *Ars* de Donato, a saber, uma perspectiva ascendente, dos elementos mínimos até as classes de palavras, e a importância conferida aos defeitos e às qualidades do enunciado.

Já abordei, em algum lugar, diversos aspectos desse problema (cf. Nota 1), mas eu gostaria de voltar a isso, para mostrar que a lógica interna obedecida pela descrição gramatical de tipo artigráfico é completamente diferente daquela obedecida pela descrição estoica.

E quanto à lógica interna da descrição gramatical?

A origem de um ensino gramatical remonta, ao menos, à constituição de um sistema gráfico alfabético, até mesmo silábico. Esse conhecimento das “letras” (*grammata*) é a especialidade evocada por Platão quando fala da gramática (*Sophiste*, 253 a). Cabia ao professor de gramática o ensino da leitura e da escrita, comentando os textos a partir dos quais se dava essa aprendizagem, ou seja, os textos homéricos. Era um ensino elementar amplo que dava acesso aos textos que constituíam a base da cultura da época.

Ademais, no início do século III antes da nossa era, a fundação da Biblioteca de Alexandria possibilitou a reunião de um número considerável de manuscritos, os quais muitas vezes atestavam a existência de tradições diferentes dos mesmos textos. Donde a necessidade de classificar esses manuscritos, fixar os textos e comentá-los, a fim de torná-los acessíveis ao público e justificar as soluções críticas adotadas. Esse foi o trabalho específico dos filólogos alexandrinos, o qual assumiu a forma de compilações de termos dialetais, poéticos, fora de uso; de monografias sobre a língua de algum autor ou sobre dificuldades linguísticas particulares; de comentários estilísticos, regulagem dos métodos de edição, etc.

Na sua origem, portanto, o ensino gramatical e a atividade filológica estavam separados. No entanto, os gramáticos eram, devido à sua formação, os mais aptos a concluir esse trabalho filológico. Essas duas atividades foram logo consideradas como duas faces de uma mesma especialidade, a gramática⁴.

Essa disciplina, que inicialmente era apenas uma prática pedagógica, foi enriquecida secundariamente pela atividade filológica. Trata-se de uma primeira etapa e de um ganho ao qual a gramática nunca renunciou: durante toda a Antiguidade, a prática propriamente filológica de crítica textual permaneceu como um aspecto da atividade gramatical.

Uma segunda etapa se situa entre o fim do século II a.C. e o princípio do século I. Quando desse período de transição, passamos progressivamente dessa concepção da gramática como *competência em matéria de textos* para uma concepção da gramática como *sistema da língua*.

Diante das observações acumuladas pelos filólogos alexandrinos, a ideia em foco nessa época foi, de fato, a de conceber regras gerais, independentes dos empregos particulares a determinado autor, mas que podiam, eventualmente, explicar ou justificar esses empregos particulares⁵.

⁴ Desde o início do século II antes da nossa era, Aristóphanes de Bizâncio, quarto bibliotecário de Alexandria, é considerado o maior gramático de sua época, assim como seu sucessor Aristarco.

⁵ Essa evolução pode ser percebida no amplo debate assumido, na época, em torno da definição de gramática, do qual Sexto Empírico nos apresenta alguns elementos (*Contre les grammairiens*, 57-90). Tratava-se de conferir à gramática uma posição na escala do saber (é uma ciência?) e de delimitar o seu domínio (os textos ou, de forma mais geral, a língua?).

Esse problema deve ser relacionado à abordagem particular de uma das “qualidades do discurso”, a correção⁶. Com efeito, existem dois modos de conceber a “qualidade”. Pode tratar-se, primeiro, daquilo que melhor se diferencia do ordinário; esse é o caso do ornamento, por exemplo, que é, por princípio, uma melhoria. Mas nem todas as qualidades podem ser consideradas como melhorias em relação a uma norma: a correção, em especial, não pode ser concebida como outra coisa, senão como uma norma. O estudo da correção conduzia, assim, a um tipo de análise específico com relação à perspectiva retórica; de fato, a correção depende de regras que podemos aplicar indistintamente a qualquer discurso, sem nos preocuparmos com o seu conteúdo ou suas intenções, ou seja, sem nos preocuparmos com aquilo que é a própria essência da perspectiva retórica. Interessar-se pela correção é interessar-se por aquilo que, em um enunciado, é independente das circunstâncias de emissão ou da pessoa que o emprega. A correção é questão de língua, não de discurso. Dessa forma, o estudo desta qualidade, a correção, se dissociou de forma resoluta da análise retórica e passou a constituir o cerne de uma disciplina específica.

Essa disciplina específica teve o objetivo de revelar as propriedades comuns e invariáveis da língua, em uma palavra, os seus aspectos sistemáticos. É todo o sentido da concepção da gramática como *tekhne*, como *sistema*, tal como ela aparece na virada dos séculos I e II antes da nossa era.

Assim, uma oposição torna-se fundamental nessa época quanto ao procedimento gramatical, entre uma parte dita *historikon*, em que a análise procede caso a caso, ao longo do texto a ser explicado, e uma parte dita *tekhnikon*, em que se depreendem regras gerais de funcionamento (cf. Sexto Empírico, *Contre les Grammairiens*, 91-93).

É possível fazermos uma ideia da estrutura geral desse tipo de descrição nos seus primórdios graças às indicações concordantes de Quintiliano (*Institution oratoire*, I, IV-IX) e de Sexto Empírico (*Contre les grammairiens*, 91-93).

Deduz-se, a partir desses textos, que a gramática tem como objetivo a sistematização dos problemas de correção. Para poder abordá-los devidamente, a gramática deve primeiro proceder a uma análise que evidencie os elementos que constituem a língua e suas variações formais. Donde o projeto: uma primeira parte sobre os elementos (letras, sílabas e categorias de palavras) e uma segunda sobre a correção, ou seja, sobre os critérios que permitem seu estabelecimento e, como consequência, sobre as faltas das quais ela pode ser objeto, ou seja, sobre os erros.

Nessa estrutura de descrição, a progressão *letras, sílabas, categorias de palavras* remonta à prática do ensino da leitura e da escrita, em que partimos da letra para passar à sílaba, depois à palavra. Essa progressão é inerente ao ensino e já foi atestada por Platão.

Existe a necessidade de procurar em outro lugar a origem dessa progressão que encontramos no esquema artigráfico? Existe a necessidade, mais particularmente, de buscá-la na lógica estoica? Primeiro, examinemos brevemente a estrutura interna dessa lógica estoica, para captarmos os seus objetivos próprios.

Como sabemos, a doutrina estoica se divide em três domínios, a lógica, a física e a ética. A lógica, ou seja, o estudo do *logos* propriamente falando, é dividida em duas partes, a dialética e a retórica. É no âmbito da dialética que os estoicos expõem o essencial de sua análise da estrutura da linguagem – ao menos naquilo que chegou até nós. Vários documentos nos esclarecem a respeito dos elementos dessa análise, mas apenas um oferece uma visão de conjunto, articulando os diferentes elementos: trata-se

⁶ Essa noção de “qualidades do discurso” remonta à retórica, desde, pelo menos, Aristóteles e Teofrasto. Essas “qualidades” são, por exemplo, as citadas por Teofrasto: correção, clareza, adequação, ornamento. Cf. Cic., *Or.* 79; *De Or.*, 3, 10, 37. As listas podem variar ligeiramente de um autor a outro.

do resumo de dialética estoica de Diógenes Laércio (*Vie des Philosophes*, VII, 43 - 83), que foi particularmente inspirado por um tratado de Diocles da Magnésia⁷.

Tal como desenvolvida em detalhes segundo o tratado de Diocles da Magnésia, a dialética é introduzida por uma teoria do conhecimento, ou seja, por uma teoria da relação entre o homem e os acontecimentos: por qual mecanismo o homem conhece aquilo de que fala? Essa introdução permite definir o conceito de representação (*phantasia*). Em seguida, o corpo da exposição de dialética aborda a natureza e a forma dessas representações, ou seja, tudo o que pode se pensar e, assim, se enunciar.

Nessa perspectiva global, a primeira parte da dialética trata do significante (*sèmainon*) e a segunda do significado (*sèmainomenon*). O que chama a atenção é análise do significante, em relação à estrutura das gramáticas.

O significante é dividido de acordo com três realizações possíveis: a *phônè*, a *lexis* e o *logos*. A *phônè*, ou “voz”, *a priori*, não é articulada nem portadora de significado, e compreende, dessa forma, tanto a voz animal quanto a voz humana: é simplesmente o som vocal; a *lexis* é caracterizada pelo fato de ser articulada e, portanto, suscetível de ser apresentada sob forma escrita, mas ela não é, *a priori*, portadora de significado: é o som vocal articulado; enfim, o *logos* é duplamente caracterizado pelo fato de ser articulado e portador de significado: é o significante enquanto *enunciado*.

A descrição do significante se organiza a partir dessas três categorias fundamentais e se apresenta, no resumo de Diógenes Laércio, como uma sucessão de definições dessas categorias e subcategorias consideradas sucessivamente. A própria *phônè* não possui subcategorias, na medida em que não é passível de divisões; em contrapartida, a *lexis* se decompõe em elementos, os sons elementares (*stoikheia*) que articulamos em uma língua; quanto ao *logos* (o *enunciado*), sua descrição é tripla: a princípio, ele é decomposto em constituintes (*merè tou logou*, constituintes do enunciado ou “partes do discurso”); depois são apresentados as qualidades e os defeitos (as qualidades são a correção, clareza, concisão, exatidão e elegância, e os defeitos são o solecismo e o barbarismo); enfim, são diferenciadas as suas várias formas, sendo ou não poéticas: se não se trata de um enunciado em forma poética, pode tratar-se de uma definição, uma descrição esquemática, uma divisão, uma subdivisão ou uma distribuição: são as diferentes formas do enunciado científico.

Essa descrição do significante começa pelos elementos fonéticos, os *stoikheia*, e o ponto de chegada é o *logos*. Donde um efeito de progressão ascendente, que, combinado com a presença das qualidades e dos defeitos do enunciado, levou a pensar que a descrição estoica do significante era a origem do projeto da *Ars* de Donato (e, por conseguinte, que as outras *Artes* deveriam ser variantes alteradas).

Vários elementos se opõem a essa aproximação (em especial, a ausência da *sílaba* no esquema estoico, e a diferença radical que observamos entre os defeitos e as qualidades do enunciado no esquema estoico e nos textos gramaticais), mas, como esses elementos podem parecer um detalhe, é um problema de orientação geral que eu gostaria de evocar aqui.

Sempre me impressionou o fato de o *logos* ser apresentado como *primeiro* em relação a seus elementos: isso se percebe, desde o início, pelo fato de o *logos* não ser definido como resultante de uma combinatória. Essa característica primeira do *logos* é confirmada por um curioso problema levantado quando examinamos a própria história da descrição estoica. O esquema de Diocles, que se afigura como o alfa e o ômega da

⁷ O tratado deste último (ativo na segunda metade do século I antes da nossa era) representava a doutrina “padrão” da dialética segundo o antigo estoicismo? É a opinião de Hülser (1987-1988) que, com apenas algumas adições, toma esse tratado como modelo, e podemos dizer que hoje essa é a menos má das soluções – ainda que engendre problemas, como veremos.

dialética estoica, é sem dúvida somente uma etapa. Trata-se de uma ideia sugerida por Hülser na sua notável compilação, da qual eu gostaria de desenvolver um aspecto.

No interior do resumo de Diógenes Laércio, observamos, de fato, duas apresentações sucessivas, e diferentes, da exposição de conjunto. Aquela que abordamos mais detalhadamente (uma teoria do conhecimento como introdução, depois uma primeira parte consagrada ao significante e uma segunda ao significado) corresponde à exposição de Diocles, a partir do § 49; entretanto, antes dessa exposição, Diógenes, no § 43, relata em linhas gerais uma apresentação de conjunto da teoria dialética que difere sensivelmente da progressão seguida depois na exposição tomada emprestado a Diocles. A análise do significado *precede* a análise do significante (e não o inverso), e cada uma é assim constituída:

Análise do significado:

as representações

os enunciáveis resultantes, ou seja, as asserções

os tipos de enunciados

os silogismos.

Análise do significante:

a voz passível de ser escrita (*phônè engrammatos*)

os constituintes do enunciado (*ta tou logou méré*)

o solecismo, o barbarismo

os poemas

as ambiguidades

a voz melodiosa (*emmelès phonè*)

a música

as definições, as repartições

os modos de expressão (? *lexeis*).

Vários indícios, notadamente o lugar da teoria do conhecimento na filosofia estoica, nos levam a pensar que o breve esquema citado primeiramente por Diógenes Laércio (VII, 43) tem todas as chances de ser o esquema original da teoria dialética do antigo estoicismo⁸. Esse esquema original tem como ponto de partida as asserções (simplesmente introduzidas pelas *representações* das quais elas são a expressão); as asserções são de fato aquilo que é essencialmente visado pela teoria dialética, na medida em que é nelas que se realizam o verdadeiro e o falso, que são os conceitos fundamentais da análise da argumentação; aliás, é surpreendente constatar que o primeiro tratado de dialética introduzido no domínio latino, bem no início do século I antes da nossa era, o tratado de Élio Estilo, conhecido como estoico, se chamava *De proloquiis* (*Sobre as asserções*): é o objeto essencial da análise. Partindo assim das asserções, esse esquema original abordava aparentemente a estrutura da asserção e sua tipologia, e as combinações de asserções sob a forma de silogismos, com uma segunda parte (talvez, na origem, um simples anexo) a respeito de tudo aquilo que concerne ao material em que se incorporam as asserções, isto é, a voz. A análise desse material se situava na esfera de uma reflexão sobre as relações entre o som e o sentido: donde a

⁸ Na lista dos escritos de Crisipo apresentada por Diógenes Laércio, não existe nenhum título relativo à teoria do conhecimento entre os textos de dialética, mas, em compensação, entre os textos de ética, existe; já os fragmentos de Crisipo sobre esses assuntos remontam a escritos concernentes à física; logo, é verossímil que a teoria do conhecimento foi incluída somente de forma secundária na dialética, após ter primeiro figurado nas seções consagradas à ética ou à física na época de Crisipo. Por conseguinte, o esquema de dialética apresentado por Diocles, com uma introdução consagrada à teoria do conhecimento, só pode ser secundário.

distinção fundamental entre *phônè* e *logos*; a apresentação dos constituintes da asserção, ou seja, dos elementos que são suscetíveis de possuir um sentido somente enquanto *constituintes do enunciado*; os defeitos e qualidades desse material; suas diversas formas... etc.

Como vimos com a dialética de Diocles, esse esquema significado/significante foi invertido – uma vez que chegamos a um esquema significante/significado. Por que essa mudança na apresentação do projeto?

Sem dúvida, o motor dessa transformação reside no fato de ter desenvolvido cada vez mais amplamente aquilo que *conduzia* à descrição das asserções. No primeiro esquema indicado por Diógenes (VII, 43), a análise das asserções só é precedida pela indicação do conceito de representação; em contrapartida, no esquema de Diocles, a análise das asserções é precedida por uma verdadeira análise da produção dos enunciados, por um lado, com considerações sobre a teoria do conhecimento na introdução, e, por outro lado, com toda a primeira parte, ou seja, a exposição sobre o material linguístico (o significante, então colocado antes do significado).

De qualquer forma, no esquema de Diocles, como no esquema precedente, essas considerações sempre procedem de uma concepção do enunciado como unidade irreduzível, e não como combinação de unidades: o enunciado é sempre logicamente primeiro. De fato, a tripartição *phônè / lexis / logos* não corresponde a uma perspectiva ascendente, mas a uma análise da relação entre o som e o sentido. Finalmente, é por isso que é irrelevante o fato de não haver *sílaba* na descrição estoica, nem aliás *palavra*, ao menos não em Diocles: se o enunciado se conserva como primeiro, a análise só considera os elementos constituintes sob uma perspectiva ascendente.

Insisti nesse ponto para tentar precisar a lógica interna da descrição estoica do significante, e suas evoluções, as quais mostram, em especial, que o esquema ascendente não é o que estrutura essa descrição.

Uma vez diferenciadas a lógica interna da descrição gramatical artigráfica e a lógica da descrição estoica, é possível afastar qualquer paralelismo entre essas duas estruturas.

Voltemos, então, às nossas *Artes*: podemos explicar por que as *Artes* latinas revelam tal diversidade de apresentações, enquanto o esquema original parece ter sido suficientemente claro, com uma primeira parte sobre os elementos e uma segunda sobre a correção?

Barwick também teve um papel importante, ao opor uma “gramática escolar” a estruturas mais complexas: essa é uma ideia que foi retomada sob diversas formas e que permite definir uma estrutura de base, elementar, em relação à qual os esquemas complexos do tipo de Sacerdos, de Diomedes ou de Carísio representariam apenas montagens secundárias, com excrescências e adjunções. Vários exegetas atuais giram em torno dessa oposição entre estrutura elementar e estrutura complexa, ou ainda estrutura breve e estrutura longa.

Essa hipótese não é desinteressante, longe disso, mas penso que ela pode ser no máximo um aspecto de um problema mais amplo, o da completa desorganização do esquema artigráfico original, e com isso do material gramatical, aos olhos daqueles que deveriam descrevê-lo.

Evocarei aqui três aspectos dessa desorganização.

O primeiro concerne à própria descrição dos elementos. Em princípio, a progressão é simples e estável: letra/sílaba/palavra/enunciado. Existe uma dificuldade, entretanto, que aparece no nível imediatamente superior àquele da sílaba: esta, que eventualmente possui um acento e, sobretudo, sempre uma quantidade, é suscetível de se combinar em palavra, mas igualmente em pé. Temos, portanto, uma bifurcação, de

um lado com as classes de palavras, de outro com os diferentes tipos de pés, e eventualmente com o próprio modo de combinação, isto é, com os metros. Essa bifurcação, que certamente é muito antiga, levanta problemas delicados em seus detalhes, porque a morfologia (tratamento das classes de palavras) e a métrica (tratamento dos metros) não estão, evidentemente, no mesmo nível. Assim, quando introduz seu terceiro livro (*GL I*, 473. 2-14), em que trata da métrica, Diomedes se apoia na oposição entre prosa e poesia; ele age como se o conteúdo dos dois primeiros livros, e notadamente as qualidades e defeitos do enunciado, tratasse, de fato, da prosa, e como se a ele restasse examinar o que concerne à poesia: é uma oposição *ad hoc*, que mostra somente que Diomedes busca encontrar uma justificativa interna lá onde ele não mais a percebe.

Os dois outros aspectos da desorganização do esquema original dizem respeito à abordagem da correção.

A abordagem da correção sofreu os efeitos da sua adaptação do grego para o latim. O conceito de *hellênismos*, de fato, se modificou com a adaptação ao domínio latino. No domínio grego, “aquilo que é propriamente grego” só se opõe àquilo que é errado, ainda que grego, e nunca, a não ser eventualmente de forma puramente teórica, àquilo que não é de nenhuma forma grego, isto é, às línguas estrangeiras. Em contrapartida, a *latinitas* se opõe, por razões históricas evidentes, não somente àquilo que é incorreto, ainda que latino, mas igualmente àquilo que não é de nenhuma forma latino, isto é, essencialmente àquilo que é grego. Em outras palavras, o estudo da propriedade linguística no domínio grego é um estudo que não dispõe de um ponto de referência externo, enquanto o mesmo estudo, no domínio latino, pelo fato de derivar do estudo grego correspondente, dispõe de forma quase genética de tal referência externa. Ora, a existência de uma referência externa implica que aquilo que é *propriamente* latino não se confunde com essa referência: uma construção não pode ser *propriamente* latina se ela é igualmente grega. Aquilo que é propriamente latino é, portanto, aquilo que é a princípio diferente do grego – ao passo que esse tipo de problemática nunca se coloca no outro sentido, ou seja, a partir do grego (cf. Desbordes 1990).

Por conseguinte, o conceito de latinidade se exprime na corrente artigráfica sob duas formas: por um lado, a correção propriamente dita, notadamente pelo viés de uma descrição implícita daquilo que é incorreto (defeitos do enunciado), e, por outro lado, a especificidade em relação ao grego; tal especificidade se aplica aos idiotismos, ou seja, aos *idiomata*, aos quais Carísio consagra todo o seu livro V, e Diomedes, algumas passagens (notadamente no *De consensu uerborum cum casibus*, *GL I*, 310.30 - 320.9).

Todo o problema, no caso dos idiotismos, reside no fato de que seu desenvolvimento contradiz o próprio conceito de *ars*, ou seja, de *sistema*, de descrição sistemática: em princípio, o que suscita a perspectiva da *ars* é o que é sistemático, e não esses particularismos que são os idiotismos – de que toda descrição se esgota no simples reconhecimento da sua diferença com relação ao grego. E seria errado acreditar que os artígrafos tardios não têm mais consciência do sentido da palavra *ars*, que, longe de representar ainda o conceito de *sistema*, seria apenas uma etiqueta: o comentador Pompeio, que certamente não é o mais perspicaz desses gramáticos, estabeleceu a respeito dos *idiomata* uma oposição entre *ars* e *usus*, mostrando que a *ars* ainda guarda plenamente o seu sentido de *sistema*⁹. Assim, a abordagem da latinidade, inerente à *Ars* desde as suas origens, desenvolveu um domínio, aquele dos *idiomata*, que é contraditório ao próprio princípio da *ars*. Certos gramáticos, como Donato, tentaram resolver essa dificuldade afastando deliberadamente da sua *Ars* tudo aquilo que caía sob

⁹*GL V*, 104. 10: *Artem non habent, sed usu proferuntur* ([*Os idiomata*] não tem nenhum sistematismo: sua enunciação evidencia o uso).

a rubrica do idioma. Mas outros, como Carísio, ao contrário, integraram e desenvolveram intensamente essa categoria: ele fez dela todo o livro V da sua *Ars*. Trata-se de mais um fator de desorganização.

O último aspecto que gostaria de evocar concerne às qualidades e defeitos do enunciado. De fato, nesse ponto a confusão foi instalada muito cedo, na medida em que a origem dos barbarismos e solecismos se desenvolveu em uma análise global do desvio, a princípio pela adjunção dos "outros defeitos", o que é uma verdadeira desordem, em seguida pela introdução daquilo que era considerado incorreto, mas perdoável, isto é, de estruturas idênticas aos "erros", mas em contexto poético, e enfim pela adição a este estudo dos "defeitos", de um estudo das "qualidades" correspondentes, compreendendo as figuras e os tropos¹⁰. Evidentemente, o desenvolvimento de uma análise global do desvio fez perder de vista o problema original, a saber, o da correção. Assim, essas qualidades e defeitos do enunciado não possuem uma estrutura interna precisa, e os gramáticos latinos não a vislumbram: Sacerdos cita-os de forma desordenada, Carísio acrescenta as figuras de pensamento, após ter dito que não o faria porque elas destacam, a princípio, a retórica, e Diomedes se lança em um projeto muito complexo e sem relação com aquele das outras artes.

Ao final desses múltiplos fatores de desorganização, a oposição original, aquela dos elementos e da correção, ainda aparece em filigrana, mas ela não é mais operatória, porque ela não é mais compreendida. Os gramáticos latinos dispõem, portanto, de certo material a ser descrito, mas cujos contornos são imprecisos, e para o qual cada um procura reconstruir uma estrutura interna. Diomedes, nas passagens em que evoca seu projeto (*GL* I, 299. 14-18; 420, 2-7; 473 2-14), se baseia em uma dupla oposição: a princípio, naquela de base indispensável, que seria constituída pelo seu livro I, em relação a todo o resto, sem dúvida no modelo de oposição de Donato entre uma *Ars maior* e uma *Ars minor*; em seguida, em uma oposição entre prosa e poesia. Carísio, de quem não temos nenhum comentário sobre seu projeto de *Ars*, parece opor o que seria a norma, tratada nos três primeiros livros, e o que seria o desvio, tratado nos dois últimos (defeitos e qualidades do enunciado, expressões idiomáticas). Quanto a Sacerdos, é ele quem melhor caracteriza o caráter profundamente incerto da exposição artigráfica, na medida em que apresenta seu tratado não como uma construção de conjunto, mas quase como uma acumulação de estratos: de fato, ele explica, no início do terceiro e último livro da sua *Ars* (*GL* VI, 496.5 - 497. 2), que o primeiro livro, o qual aborda as categorias de palavras e os defeitos e qualidades do enunciado, havia sido escrito, a princípio, para um de seus amigos, e que o pai desse amigo, o *clarissimus* Vranus, tinha apreciado muito o livro; por conseguinte, o pai tinha incentivado Sacerdos a escrever um segundo livro, sobre os finais de nomes e verbos, e depois até um terceiro, sobre a métrica. Essa curiosa apresentação da gênese do tratado de Sacerdos indica que o próprio conteúdo da *Ars*, como tipo de exposição gramatical, não aparecia como claramente delimitado e estruturado, mas sim com contornos vagos, suscetível de recortes os mais variados.

Em outros termos, não penso que a diversidade dos projetos adotados pelos gramáticos latinos se deva a uma preocupação qualquer de se diferenciarem uns dos outros, ao amor de um pelos trabalhos de marchetaria ou ao gosto de outro por pacotes de fichas, mas sim ao fato de que os gramáticos não dispunham mais, ao menos a partir do séc. III, de meios para estabelecer a menor coerência no material a ser descrito.

O fim da história é conhecido: no início do séc. VI, Prisciano renuncia ao próprio título de *Ars*, ele prefere o de *Institutions grammaticales*, e adota um plano

¹⁰ Cf. BARATIN & DESBORDES (1986) e BARATIN (1989a: 292-314).

radicalmente novo, que está na origem da tripartição até hoje conhecida por nós como fonética, morfologia e sintaxe. É a certidão de óbito da *Ars*.

Referências

BARATIN, M. *La naissance de la syntaxe à Rome*. Paris : Minuit, 1989a.

_____. La constitution de la grammaire et de la dialectique dans l'Antiquité classique. In : AUROUX, S. (Org.). *Histoire des idées linguistiques*. Liège : Mardaga, 1989b, p. 186-242. v. 1.

_____. Aperçu de la linguistique stoïcienne. In: SCHMITTER, P (Org.). *Geschichte der Sprachtheorie*. Tübingen : Narr, 1991, p. 193-216.

BARATIN, M. Remarques sur la place et le rôle du concept de latinité dans les grammaires latines classiques. *Ktèma*, Strasbourg, v. 16, p. 187-193, 1992.

BARATIN, M.; DESBORDES, F. La "troisième partie" de l'*Ars grammatica*. *Historiographia Linguistica*, Amsterdam, v. 13, n. 2, p. 215-240, 1986.

BARWICK, K. *Remmius Palaemon und die römische Ars grammatica*. Leipzig: Dieterich'sche Verlagsbuchhandlung, 1967[1922].

BARWICK, K. *Probleme der stoischen Sprachlehre und Rhetorik*. Berlin: Akademie-Verlag, 1957.

DESBORDES F., (1990), "ELLHNISMOS, Quelques jalons pour une histoire de l'identité grecque", dans: DESBORDES, F. ELLHNISMOS: quelques jalons pour une histoire de l'identité grecque. In: *COLLOQUE DE STRASBOURG*, 25, 1989, Strasbourg. Atas... Strasbourg : Université de Strasbourg, 1989.

HÜLSER, K. (Org.). *Die Fragmente zur Dialektik der Stoiker*. Stuttgart: Frommann - Holzboog, 1987-1988, 4 v.

Data de publicação inicial: 1994

Data de aprovação da tradução: 02-03-2017

Data de publicação: 10-07-2017